

FMI: ainda não há acordo. Mas tudo vai bem.

"As negociações do Fundo Monetário Internacional com o Brasil, para firmar um acordo que permita liberar os recursos bloqueados para aquele país, não estão concluídas, embora estejam correndo muito bem e tenham sido feito avanços fundamentais". A afirmação foi feita ontem à tarde, em Washington, sede do FMI, por um porta-voz do Fundo.

Pouco antes, um alto funcionário do FMI, que pediu para não ser identificado, disse aos jornalistas que as partes haviam chegado a um "acordo inicial" sobre os aspectos essenciais das negociações, coincidindo com declarações feitas em Brasília por um funcionário do Ministério do Planejamento, Carlos Von Doellinger, e publicadas por jornais norte-americanos ontem. No entanto, o porta-voz do FMI mostrou-se preocupado com a possibilidade de que as negociações sejam dadas por encerradas "antes do tempo", e ressaltou: "No que diz respeito ao FMI, elas continuam, e essa é a posição oficial".

Em Brasília, a missão do FMI passou todo o dia de ontem em reuniões com as autoridades econômicas e, segundo a economista Ana Maria Jul, os trabalhos devem prosseguir neste fim de semana.

O diretor da divisão para o Brasil do FMI, Thomas Reichmann, disse que está havendo dificuldade na avaliação do desempenho da economia brasileira este ano, pois "é difícil precisar se o Produto Interno Bruto (PIB) será positivo ou negativo, em função das enchentes e de muitas incertezas". Reichmann descartou também a possibilidade de os recursos do Fundo serem liberados para o Brasil nos próximos dias, lembrando que mesmo depois de encerradas as negociações da missão com as autoridades brasileiras, será preciso uma reunião com a diretoria do FMI, que só acontecerá após a elaboração de um relatório dos técnicos, que servirá de base para qualquer decisão.

Com o fim das negociações, explicou Reichmann, haverá todo um processo de estudo do relatório da missão, e este exame demanda um prazo de quatro semanas, talvez reduzido para três. "Antes, disso, é tecnicamente impossível".

O longo caminho do acordo

Apesar de um acordo com o FMI ser considerado iminente, dificilmente o Brasil receberá a segunda parcela de seu empréstimo em meados de agosto, segundo diversas fontes consultadas por nosso correspondente em Washington, A.M. Pimenta Neves.

O governo terá de preparar uma nova carta de intenções e os técnicos do fundo um novo relatório. Ambos os documentos serão submetidos à diretoria executiva (Board) da instituição, que terá pouco tempo para examiná-los e aprová-los antes de entrar em recesso, no dia 8 de agosto. Se a documentação chegar à diretoria executiva no dia 25 de julho (o que é um cálculo otimista), ela terá apenas nove dias úteis para deliberar. Pelas normas do fundo, o processo leva de três a quatro semanas, embora possa ser acelerado em circunstâncias especiais.

Como a diretoria ficará em re-

cesso por duas semanas, o mais provável é que o novo acordo com o Brasil só seja aprovado em setembro. O Fundo, então, liberaria em seguida os 374 milhões de Direitos Especiais de Saque (menos de 400 milhões de dólares), correspondentes à segunda parcela de um empréstimo de 4,24 bilhões de direitos especiais de saque da linha de crédito ampliada. O desembolso dessa parcela era previsto para a partir de 31 de maio, mas o Brasil não pôde solicitá-lo por não ter cumprido as metas do programa de ajustamento acertado com o Fundo. Segundo o cronograma anterior, o Brasil teria direito a retirar, a partir de 31 de agosto, a terceira parcela do empréstimo, também de 374 milhões de Direitos Especiais de Saque.

Com o dinheiro do FMI, o Brasil poderá saldar a prestação do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), que ontem anunciou ter dilatado informalmente o prazo, expirado ontem mesmo, que concedera ao País. A prestação é superior a 400 milhões de dólares. A partir de 31 de agosto, o Brasil terá de pagar mais uma prestação ao BIS.

O desembolso das parcelas do empréstimo-jumbo de 4,4 bilhões de dólares, que os bancos privados internacionais concederam ao País em fevereiro, também foi suspenso em razão do desentendimento com o FMI. Há esperanças de que os bancos privados possam liberar o dinheiro antes mesmo que a diretoria-executiva do FMI aprove formalmente o novo programa brasileiro. Segundo um documento do Banco Central, os bancos privados poderiam ter liberado, em junho, 541 milhões de dólares líquidos, 395 milhões dos quais serviriam para pagar a prestação vencida do empréstimo-ponte que os próprios bancos concederam ao Brasil. Um novo desembolso de 535 milhões de dólares líquidos do jumbo está programado para setembro e serviria também para pagar outra prestação semelhante do empréstimo-ponte privado.

Fonte bancária disse a este jornal que se estuda a possibilidade de os bancos cobrarem apenas metade das prestações devidas imediatamente pelo empréstimo-ponte. Mas isso talvez faça parte das negociações que o novo comitê bancário realiza com o governo. O acordo com o FMI acelerará os preparativos para que os bancos dêem ao Brasil recursos adicionais de 3,5 a 4 bilhões de dólares este ano, para compensar as perdas nas linhas de crédito interbancárias e para exportação e importação.

Os bancos examinam também as necessidades brasileiras de recursos de longo prazo para 1984. A cifra mencionada com mais frequência é de cinco bilhões de dólares em novos empréstimos, mas alguns acham que o Brasil precisará de pelo menos seis bilhões. Se o novo acordo com o FMI for concluído, como se espera, no início da próxima semana, o presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, deverá vir a Nova York logo em seguida, para definir um novo pacote financeiro com os bancos privados. Banqueiros reafirmaram ontem estar aliviados com as medidas econômicas que o Brasil anunciou quarta-feira.